

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES SEM TERRA EM BUSCA DE SUA EMANCIPAÇÃO: UMA INTERSECÇÃO ENTRE GÊNERO, CLASSE E SEXUALIDADE

Amanda Cristina Lino*

Recebido: 19 mar. 2013

Aprovado: 02 maio 2013

* Bolsista da CAPES do Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba. Graduada em Pedagogia da Terra no Estado de São Paulo. Membro do Grupo de Estudos Comunidade e Movimentos Sociais GECOMS. Sorocaba, SP - Brasil. E-mail: amandamst@yahoo.com.br

Da mesma forma que o gênero, a sexualidade é política. Está organizada em sistemas de poder que alentam e recompensam alguns indivíduos e atividades, enquanto castigam e suprimem outros e outras. Assim como a organização capitalista do trabalho e sua distribuição de recompensas e poderes, o tema sexual tem sido objeto de luta desde que apareceu e como tal tem se desenvolvido. Porém, se as disputas entre trabalho capital estão mistificadas, os conflitos sexuais estão camuflados.

(GAYLE RUBIN, 2003, p. 44)

Resumo: Este artigo se propõem a suscitar uma discussão pouco trabalhada nas pesquisas acerca do MST¹, a participação das Mulheres Sem Terra, analisando-a enquanto construção histórica que resultou no processo de participação que interseccionam dialeticamente dimensão de classe, gênero, tão pouco abordada a da sexualidade, que mesmo velada, ou não sendo tão enfatizada quanto as outras abordagens, diante do contexto econômico, social que elas vivenciam em seu cotidiano, demonstra que a sexualidade possui um potencial mobilizador e problematizador acerca da busca pela autonomia das mulheres Sem Terra e da construção da emancipação destas.

Palavras chaves: Mulheres sem terra. Gênero. Classe. Sexualidade.

¹ Movimento do Sem Terra

THE PARTICIPATION OF WOMEN LANDLESS SEEKING HIS EMANCIPATION: AN INTERSECTION OF GENDER, CLASS AND SEXUALITY

Abstract: This article set out to raise a little discussion worked in research about the MST, the Landless Women's participation, while analyzing the historical construction that resulted in the participation process that intersect dialectically dimension of class, gender, nor addressed to the sexuality, even veiled, or not as emphasized as the other approaches, before the economic context, they experience social in their daily lives, demonstrates that sexuality has a potential incentive and problematizing about the quest for the empowerment of women and landless construction of the emancipation of these.

Key words: Landless women. Gender. Class. Sexuality.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma dissertação de mestrado em andamento, que tem como objetivo analisar a participação das mulheres e sua relação com a educação nos assentamentos de Reforma Agrária da região de Sorocaba.

O contexto vivenciado pelas mulheres Sem Terra na região de Sorocaba desvela, a partir de suas experiências na busca pela sua participação e atuação nos assentamentos, paradoxos, contradições vivenciadas em seu cotidiano na luta pela igualdade de gênero.

Dessa maneira, este texto visa suscitar uma discussão que pouco tem sido abordado no interior dos Movimentos Sociais, no que concerne a relação entre os conceitos de classe, gênero e sexualidade, que corresponde as pesquisas que dissertam sobre as mulheres Sem Terra.

Quando nos referimos aos Movimentos Sociais Clássicos, como consideradas a grande maioria das leituras que abordam o MST, poucas análises valorizam a sexualidade como dimensão analítica.

A abordagem da sexualidade limitada em si também não desvela as raízes da opressão sexual, experienciadas pela maioria das mulheres que estão nos movimentos populares, por isso a necessidade da articulação entre as os conceitos de classe, gênero e sexualidade.

Para tanto, este texto perpassa a construção histórica da participação das mulheres, não no sentido de uma história das mulheres, mas de uma história que revele as relações de poder que invisibilizou a participação, ou que fizessem delas sujeitos de negociação de seus espaços de participação, também no âmbito da sexualidade. Essa temática traz no cotidiano das mulheres que

atuam nos espaços do Movimento, inquietações enigmáticas, envoltas em uma série de contradições vivenciadas em seu cotidiano atual.

Existem concepções que valorizam a luta de classes como uma luta maior, e que as pautas levantadas pelas mulheres no interior dos movimentos e partidos consideradas lutas secundárias específicas, vislumbram que a emancipação feminina é conseqüência de um processo de transformação econômica e dessa maneira, as desigualdades seriam suprimidas, bastando a tomada das estruturas de poder na sociedade.

As experiências históricas demonstraram que a transformação das estruturas econômicas não são suficiente para gerar essa transformação, é preciso pensar as relações de poder no campo subjetivo.

Assim, uma análise que relacione as perspectivas de classe, gênero e a sexualidade torna as temáticas pertinentes, tanto em sua perspectiva acadêmica, assim como para movimentos que fazem a luta pela transformação social e que incorporam no seu interior a luta das mulheres, que buscam a emancipação humana .

Assim como a perspectiva de gênero vai se tornando pertinente como categoria analítica nas pesquisas, a sexualidade também precisa ser valorizada enquanto categoria de análise, para além disso, em uma concepção praxiológica, na dimensão do direito e que pode mobilizar as mulheres Sem Terra no sentido de ampliar a sua participação enquanto sujeito social, na busca de sua emancipação.

Nesse sentido podemos fazer menção a visão de Freire (2000), destacando que as diferentes formas de opressão e de dominação existentes em um mundo apartado por políticas neoliberais e excludentes retiram o dever de homens e mulheres de mudarem o mundo, através da rigorosidade da análise da sociedade, com vivências de necessidades materiais e subjetivas que contemplem a festa, a celebração, a alegria de viver, portanto, o prazer.

Para Paulo Freire (1991, p. 30), o sentido de emancipação se dá nos processos de luta pelos caminhos da libertação, que só passa a adquirir sentido se a busca dos oprimidos tem como objetivo a reconstrução de sua humanidade ao realizarem a grandiosa tarefa humanística e histórica dos oprimidos, ou seja, libertar a si e aos opressores, processo em que se engendram homens e mulheres “novos”, estabelecendo relações de liberdade, igualdade e emancipação.

Ao olharmos para a construção histórica da participação das mulheres Sem Terra, vemos esse engendramento da busca da mulher “Nova”, e nessa construção não significa priorizar uma visão em detrimento da outra, mas que as perspectivas de classe, gênero e sexualidade estão interseccionadas de forma dialética, mesmo a sexualidade estando numa condição de camuflagem² na vida das próprias mulheres.

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES SEM TERRA

Abordar a participação das mulheres Sem Terra não se restringe a uma perspectiva de construir uma história da mulher Sem Terra, de forma genérica, a conformar um modelo de mulher heroína da classe trabalhadora camponesa, com modelo educativo ideal, embrenhado no misticismo romântico, como uma história épica ou uma epopeia, como nos exemplos da literatura greco-romana, como no caso da *Ilíada* e a *Odisseia* que conformaram um modelo de homens heróis.

A história dessas mulheres não é homogênea, se impõe numa perspectiva de articulação dialética entre especificidade e generalização, objetividade, e subjetividade. Dessa forma é pertinente destacar a importância de se dar visibilidade a história das mulheres, que sempre esteve obscurecida, mas só dar visibilidade não é suficiente para elucidar os fatores dessa invisibilidade histórica, mas analisá-la em uma perspectiva crítica das relações de poder.

Dessa forma é necessário abordar a história da participação das mulheres Sem Terra, em uma perspectiva de análise no bojo das relações sociais desvelando as relações de poder estabelecidas no contexto econômico, social e cultural-simbólico que essas mulheres estão inseridas. Nesse sentido o conceito de gênero definido por Scott, como uma categoria útil de análise, se torna importante como instrumento de análise dessa história, problematizando a significação das relações de poder. Assim, para Scott:

² Aqui poderíamos fazer uma analogia com o conceito de alienação sexual, que tem referência nos estudos de Marx, Lukács, Mészáros, Costa e Holanda, que traçam uma linha teórica de afirmação que emancipação feminina não tem como se concretizar na lógica da reprodução da submissão do trabalho ao capital impregnada pela alienação da vida sexual dos indivíduos.

O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 1990, p. 21).

Diante da conceituação de gênero colocada por Scott (1990), dar visibilidade as mulheres, as suas subjetividades, as experiências pessoais, públicas e políticas nas pesquisas implica não apenas em uma nova história das mulheres, mas também em uma nova história. É nessa perspectiva que afirmamos a participação das mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A participação dessas mulheres no seio do movimento data a sua articulação e fundação, elas sempre estiveram presentes nos processos de luta pela terra, seja nas ocupações de terra, de prédios públicos e bancos, acampamentos permanentes, marchas pelas rodovias. A atuação das mulheres e crianças sem terra se destaca principalmente nos confrontos contra as milícias.

Sobre essa participação das mulheres rurais Carneiro³ (1994, p. 11-22) afirma que ela é marcada pelo aspecto qualitativo a partir da década de 80, o que caracteriza uma diferença em relação a participação das mulheres rurais nas lutas anteriores, em que sua participação é invisibilizada e silenciada poucas apareciam nesse cenário e estavam vinculadas aos processos de lutas através das relações estabelecidas com seus maridos ou demais familiares, envolvidas em situações de violência em que perdiam seus maridos e através dessa dura experiência, se afirmavam como lideranças estabelecendo um compromisso com a luta.

No início de sua organização, no processo de sua gestação o MST centrava suas ações e objetivava a luta pela Reforma Agrária de caráter classista, visando a transformação social, e a luta das mulheres ainda não era percebida e assumida pelo conjunto do movimento. (GONÇALVES, 2005, p. 16).

Nesse sentido, Melo (2003, p. 113) destaca duas marcas que caracterizam o movimento em uma perspectiva de classe, no cenário político e econômico em que o MST surge: a) propondo-se a lutar por mudanças sociais no país, materializada na luta por Reforma Agrária e b)

³ No Artigo Mulheres no Campo: Notas sobre sua participação Política e a Condição Social de Gênero, Maria José Carneiro, traz uma análise interessante, a partir da voz de Elisabeth Teixeira, Margarida Alves e Maria Oneide, que atualmente são referências femininas, da luta das mulheres, mas que inicialmente pouco estavam interessadas nas bandeiras específicas da sua condição feminina, estas participavam dos processos de luta numa perspectiva de categoria social e classista.

lutar pela construção de uma sociedade que supere as relações entre exploradores e explorados, superando a propriedade privada, base esta de produção e reprodução do sistema capitalista.

Dessa forma fica evidente que na gestação do MST, o debate acerca dos interesses das mulheres não era temática abordada e sistematizada, mas apesar dessa condição, desde o início da articulação do Movimento Sem Terra, as mulheres organizaram sua participação em seu interior a partir da criação de um coletivo.

Gonçalves (2005, p. 165-166) afirma que essa comissão cumpriu um importante papel para pressionar e elaborar a organização de coletivos de mulheres nos territórios que o MST estivesse se organizando, incentivasse a organização das próprias mulheres e a inclusão de suas pautas nas linhas políticas do Movimento.

Essa organização pressupõe um vínculo orgânico que se materializa no conjunto do Movimento, que intersecciona a localidade, perpassa as instâncias materializando-se num processo organizativo que passou a ser mais elaborada na perspectiva ação-reflexão e ação, que resultou na busca de teorias feministas para subsidiar a leitura da realidade em que essas mulheres estão vivenciando, suas opressões e dificuldades no processo efetivo de participação política.

Assim, foi necessária a busca de um referencial teórico que problematizasse as questões experienciadas por essas mulheres nos processos de luta. Sobre esse processo Chaves (2009, p. 193) em sua pesquisa “Sobre o conceito de Gênero: Um estudo sobre a sua produção escrita” revela-nos que:

O Movimento ancorou-se na teoria feminista pelo fato de seu ponto de vista beneficiar as mulheres ao denunciar a sua situação de opressão. Além disso, utilizou os conceitos desse campo de estudo, a exemplo do patriarcado, relações de sexo e gênero, fundando-se num projeto de mudança para a sociedade. O MST assimilou proficuamente a articulação entre teoria e prática e experiência das mulheres na elaboração teórico metodológico das cartilhas, cadernos e livros sobre o gênero, em seus objetivos, linhas políticas e metas de curto, médio e longo prazo.

Os anos de 1996-1998 se configuram como um marco importante na construção do debate acerca da questão da Mulher é elaborada a cartilha “A questão da Mulher no MST”, e acontecem o 1º Encontro Nacional de Mulheres e respectivamente o 2º Encontro Nacional com o intuito de aprofundar essa temática nos territórios e instâncias do movimento, de elaborar e desvelar a

condição colocada a essa mulher Sem Terra, quais paradoxos enigmáticos essas mulheres enfrentam nos processos de luta cotidianos⁴.

No segundo encontro é introduzido nos debates a perspectiva dos estudos de gênero, focando a relação de poder, sob o argumento de que esse debate teria que ser socializado com os homens, de forma que a luta e a participação das mulheres obteria avanços se fosse uma discussão em que também os homens participassem. Segundo Lourdes Vicente⁵

O debate sobre a participação das mulheres veio desde a criação do Movimento. No I Congresso, a direção nacional resolveu que 30% dos participantes deveriam ser mulheres. A discussão foi feita nos assentamentos, com a influência da Igreja, dos grupos de mulheres da Teologia da Libertação e dos sindicatos. As mulheres começaram a vir para as instâncias nacionais e fazer reuniões específicas das mulheres para discutir suas condições como militantes, como motivar para que mais companheiras da base a participar. Em 1996 fizemos o I Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST. O debate era como íamos avançar para nos fortalecer como mulheres Sem Terra, tendo muito claro de que deveríamos nos organizar para enfrentar o capital. Em 1998, aconteceu o II Encontro Nacional, e ali começamos a colocar que nós tínhamos que convocar os homens para o debate, porque senão nós avançávamos e os nossos companheiros não. Começamos a discutir gênero e poder. Ao longo do processo, fomos nos dando conta de que teríamos que entrar na estrutura orgânica do Movimento e colocamos a necessidade de termos pessoas responsáveis para fazer o debate. Em 2000, no encontro nacional do MST, foi aprovado o setor de gênero.

Desse marco em diante a produção teórica e a prática da sistematização experiências das mulheres passa a ser mais freqüente e datam 1988, 1996, 1998, 2000, 2001 e 2003 e 2004. Em entrevista Lourdes Vicente, dirigente⁶ do setor de gênero afirma: “Quando começamos a discutir a questão, nos centrávamos na participação das mulheres. Depois começamos a falar sobre gênero. Nós temos presente duas questões fundamentais: a motivação de que as mulheres se tornarem sujeitos e criar condições para elas participem.”

Cabe esclarecer que a medida em que o movimento se amplia em seu desenvolvimento histórico, territorial e estrutural sua organicidade vai se tornando mais complexa, demandas e

⁴ Afirmando cotidiano, porque as condições de exploração das mulheres não são evidentes no momento do conflito entre as instituições, estado e o enfrentamento contra o agronegócio no campo. A sua opressão se manifesta no cotidiano, na sua relação e busca de participação-inserção nos espaços do trabalho cotidiano, na esfera da produção, seja na organização do trabalho no lote, seja nos espaços de cooperativas e assentamentos, setores, instâncias de direções e no âmbito das relações afetivas e sexuais.

⁵ Entrevista com Lourdes Vicêncio. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/2964>

⁶ Entrevista publicada e divulgada no site <http://www.mst.org.br/node/2964>

necessidades gestadas pelo processo de luta pela terra, vão constituindo setores : como setor de Educação, Produção, Saúde dentre outros surge nesse bojo o setor de gênero, aprovado em 2000.

No processo da trajetória da participação das mulheres até a constituição do setor de gênero, perpassando os processos mais recentes de lutas que conformaram nas ações dos 8 de março⁷ com o objetivo de caracterizar essa data como uma data de luta e não de comemoração reconhece-se que participação destas não se configura como um processo harmonioso, ele é marcado por uma série de contradições que ainda estão em andamento (GONÇALVES, 2005, p. 161).

Somente a título de ilustração, podemos fazer menção aos estudos de Melo (2003, p. 122) que ao analisar os artigos que compõe a uma resolução com vistas a superar os problemas em torno das desigualdades de gênero que data de 1986, revela não somente as desigualdades de gênero, mas também a resistência a participação autônoma das mulheres, evidenciam uma série de restrições em relação ao lugar das mulheres no movimento. Segundo a mesma autora:

[...] se é preciso chamar a atenção dos homens para que “apóiem as iniciativas das mulheres” é porque não vinham fazendo ; se é preciso solicitar dos assentamentos já organizados para que ajudem é porque não vinham ajudando; enfim, cada afirmação dessas está intimamente relacionada a uma negação” [...]pode indicar que se concebe de antemão a relação de tutela das mulheres pelos homens , a ponto de que as iniciativas com a relação a emancipação delas devem partir deles. De modo que talvez a palavra “apoiar” possa estar no lugar de “permitir”.

As condições de opressão impostas às mulheres Sem Terra, e a delimitação dos lugares de sua participação geram os enfrentamentos aos preconceitos e ao machismo, práticas políticas herdadas do próprio modelo de sociedade capitalista, se configuram como uma experiência praxica, dentro da sua realidade, cria elementos para que seja problematizada a partir da experiência da busca pela participação das mulheres, que explicitam as contradições estabelecidas pelas relações de poder desiguais. É nesse percurso que o movimento passa a reconfigurar a categoria de classe social ao associá-la ao conceito de gênero.

⁷ Desde 2006, as ações desenvolvidas pelas mulheres do MST no 8 de março, representaram um salto qualitativo do ponto da participação das mulheres que afirmam na ação a necessidade de sua participação na luta pela reforma agrária e na denúncia das opressões engendradas no modelo hegemônico do agronegócio no campo. Esses elementos podem ser analisados na entrevista cedida por militantes do movimento na seguinte fonte <http://www.mst.org.br/As-mulheres-em-movimento-ajudam-suas-organizacoes-a-trilhar-por-um-caminho-de-ofensiva>

Essa situação representa uma realidade ainda complexa e contraditória as mulheres, haja visto, que os espaços de sua participação são marcados por correlações de forças que envolvem as desigualdades de gênero, são negociados constantemente, mesmo numa correlação de forças desfavorável, as mulheres tem se demonstrado resistentes e colocado no cerne da luta de classes a busca pela autonomia e de sua utopia de libertação diante das raízes dessas desigualdades.

A perspectiva de Vasquez (2009) nos dá pistas da gênese dessas desigualdades de gênero, no meio rural, que podem ser associadas a realidade das mulheres Sem Terra, destaca que as desigualdades de gênero possuem grande força no universo rural e tem sustentabilidade em valores morais e tradições que ali possuem mais força.

O mesmo autor segue afirmando que sociedade rural a estrutura familiar é patriarcal, e o próprio processo de organização do trabalho está alicerçada em torno da estrutura da agricultura familiar que legitima de forma a reproduzir esse modelo pelas próprias mulheres. Conseqüentemente as mulheres inseridas no universo rural estão mais expostas a violência física, sexual e psicológica, bem como as situações de exclusão econômica, dificuldades de acesso à políticas públicas.

Cabe destacar que esse processo está nitidamente explícito na realidade rural, mas que não é processo exclusivo do meio rural, dos acampamentos e assentamentos, mas característico da sociedade capitalista como um todo, de um modelo econômico e social estruturado na propriedade privada, que reproduz as desigualdades que se intersecciona nas relações sociais, econômicas e de gênero manifestados nos valores patriarcais que estruturam-se na forma da organização desses territórios e da organização do trabalho.

Gonçalves (2005, p. 11-12) faz uma reflexão interessante, reitera que os assentamentos e os lotes se configuram como espaço de produção individual e com a família, nos moldes da produção capitalista que determinam e significam as esferas do público e o privado, mesmo aderindo a agricultura familiar, a sua produção é submetida a lei da regulação do valor, e não se questiona a estrutura de funcionamento do modelo da agricultura familiar. Assim, os aspectos políticos e ideológicos ficam submetidos aos econômicos, mantendo a sua estrutura patriarcal que vai desde a organização da produção no lote, perpassando a organização dos assentamentos, até a organização das políticas públicas.

Mas apesar desse contexto complexo da reprodução das desigualdades de gênero, a participação das mulheres no processo de luta pela terra engendra algumas alterações nessas relações nos territórios em que estas mulheres estão inseridas, mesmo ainda se configurando como um processo de participação restrita, mas que em períodos anteriores nem se cogitava.

Por outro lado, Gonçalves (2012, p. 14) denota que a participação das mulheres Sem Terra ainda ficou restrita às reivindicações de créditos especiais, ou a criação de espaços para que estas possam conciliar o trabalho e cuidado com os filhos, assim a luta política para que haja a ruptura com as relações de poder e, logo, de desigualdades entre homens e mulheres permanecerá adiada, portanto, a mulher Sem Terra, destinada a uma jornada árdua de trabalho e inserida na lógica da divisão sexual do trabalho.

A afirmação de Gonçalves é interessante para pontuar os limites de participação das mulheres Sem Terra, como uma imposição do próprio sistema capitalista e como ele se reproduz nos espaços rurais, dos assentamentos de forma hegemônica.

Nesse sentido, abrem-se as construções de possibilidades, em que as mulheres Sem Terra ao experienciar as condições de opressão da reprodução desse sistema, da condição imposta de sua participação restrita, tomam consciência dos obstáculos políticos colocados a participação plena das mulheres e conquista de sua autonomia.

Parafraseando Schwendler (2002, p. 1) a presença ativa das mulheres Sem Terra nas lutas sociais contribuiu para o questionamento e/ou a ruptura com algumas práticas cotidianas que relegam a ela um papel secundário na sociedade, e para que ela se organizasse para lutar por direitos que lhe foram negados historicamente.

A SEXUALIDADE E SUA RELAÇÃO COM A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES SEM TERRA

O início deste trabalho faz menção a um pensamento da feminista Gayle Rubin (2003), afirma que da mesma forma que o gênero, a sexualidade é política. Fica evidente, que no processo de participação das Mulheres Sem Terra o conceito de gênero é uma categoria importante para tornar visível, desmistificar, desnaturalizar e problematizar as relações de poder

que historicamente colocaram as mulheres Sem Terra⁸ em uma condição de subalternidade e inferioridade e servem de objeto de reflexão para elaborar os limites e possibilidades dessa participação analisada no bojo de uma nova história como demonstrou Scott (1995), a qual citamos no início deste trabalho.

Assim, analisar a sexualidade como uma questão política, em que os conflitos sexuais estão camuflados, velados como meio de conformar sistemas de poder que garantam a reprodução do capital dentro dos modelos e normatizações do comportamento sexual dominante.

Dessa forma, a sexualidade é uma construção histórica, marcada pela diversidade sexual, não um fenômeno natural simplesmente biológico, o que desvela os padrões estabelecidos para o exercício da sexualidade, dos papéis sexuais determinados. Para Rubin (2003, p. 1):

A esfera da sexualidade também tem a sua política interna, desigualdades, e modos de opressão. Como em outros aspectos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade em um determinado tempo e lugar são produto da atividade humana. São imbuídas de conflitos de interesse e manobras políticas, ambas deliberadas e incidentais. Nesse sentido o sexo é sempre político.

O modelo capitalista de sociedade, cria padrões de comportamentos (normatizações) formatando-se em um determinado modelo de homem e de mulher, no qual os processos educacionais, sejam eles escolares e não escolares, reproduzem modelos femininos e masculinos, em que a educação cumpre importante papel no processo de reprodução de tais formatações.

Diante desse contexto, classe, gênero e sexualidade são conceitos que podem estabelecer uma interconectividade, no que se refere ao processo de desvelamento e conscientização sobre a questão da conquista da autonomia e emancipação das mulheres e aos aspectos educativos que reproduzem essa lógica.

O tema da sexualidade em grande parte foi objeto de questionamentos dos movimentos feministas, que associavam o debate da sexualidade a autonomia e a emancipação feminina. Mesmo na atualidade, o tema encontra múltiplas dificuldades de ser abordado e ainda se configura como uma temática voltada em torno de polêmicas, em decorrência de sua própria abordagem, que por longo tempo foi classificada como um fenômeno unicamente biológico. Se

⁸ Não somente as Mulheres Sem Terra, mas as mulheres no geral, mas estas estão expostas as condições de opressão em duas categorias, de classe e gênero, são mulheres e além de serem mulheres são pobres.

configura como um campo político, essa realidade se expressa no conceito utilizado na atualidade: o conceito de direitos sexuais e reprodutivos. Sobre o conceito (CORRÊA; PETCHESKY, 1996, p. 149):

O conceito sobre direitos sexuais e reprodutivos é, ao mesmo tempo, mais forte e contestado do que nunca. Entre os quais discordam desse conceito se encontram os religiosos fundamentalistas, bem como todos aqueles que se opõem aos direitos humanos por associá-los as tradições individualistas derivadas do capitalismo ocidental.

Dessa maneira, nesse processo em que os direitos sexuais se conformam numa disputa na sociedade, são traduzidas em tensões veladas, no processo de participação das mulheres Sem Terra. Na perspectiva colocada no final do texto anterior acerca do estágio de participação das mulheres Sem Terra, ainda restrita, é refletida no âmbito do exercício da sexualidade, definida pela hierarquia da moral sexual, em que a sexualidade vincula-se a ideia da experiência pessoal, expressando a dicotomia entre público e privado, sem considerar que o privado é constantemente invadido por regras como se deve usufruir as práticas sexuais (NARDI; QUARTEIRO, 2012, p. 82).

É importante ressaltar o contexto em que estas mulheres estão inseridas, dos assentamentos rurais, e de sua dinâmica em que a organização da vida social e econômica é sustentada na agricultura familiar, que reproduz a lógica da divisão sexual do trabalho, do patriarcado, que envolvem o controle do próprio corpo. Para Schwendler (2002, p. 1)

A divisão tradicional de papéis distintos para mulheres e homens se sustenta numa rígida divisão sexual do trabalho que tem, historicamente, relegado à mulher um papel secundário no trabalho, na vida política, nas lutas sociais, responsabilizando-a pelo trabalho não-visível. O próprio contrato matrimonial tem legitimado o papel da mulher de exercer o trabalho invisível, levando-a a aceitar a obrigação da casa/família em troca de ser mantida pelo marido. Relevantes para nossa discussão são as diferentes preocupações que os pais têm tido historicamente em relação ao filho e à filha, buscando dar ao homem a terra e à mulher o enxoval para a casa. Assim, a menina aprende com a mãe as lidas de casa e os cuidados para com os filhos, não aprendendo a discutir política, negociar, comercializar, discutir a produção, o que é ofício do menino, o qual também não aprende com a mãe as lidas da casa e o cuidado com as crianças. Cabe à mulher dar à luz, cuidar dos filhos, manter a família, os trabalhos domésticos e a reprodução da força de trabalho, sendo-lhe destinado o papel de auxiliar no trabalho, como extensão do lar. Analogamente, a mulher camponesa "ajuda" na roça. Na maioria das vezes, não lhe cabe decidir a produção, negociar, comercializar os produtos, discutir os créditos agrícolas - estas são colocadas como tarefas masculinas.

Essa realidade não é determinada as mulheres Sem Terra, mas configuram-se como obstáculos no seu processo de participação efetiva, como trabalhado anteriormente, e no tema da sexualidade não é diferente, ao contrário, se configura como uma temática velada as próprias mulheres, em decorrência do processo de internalização dos valores e tradições assimiladas no próprio contexto.

Assim, como num dado momento, a luta pela participação da Mulher Sem Terra, e pela sua emancipação, não é considerada estratégica na ação, uma luta secundária, na mesma condição se coloca a perspectiva da sexualidade, e do acesso aos direitos sexuais reprodutivos para as mulheres Sem Terra.

Dessa forma, a sexualidade é um tema invisibilizado, que perpassam conversas entre as mulheres Sem Terra no seu cotidiano, mas que nessa trajetória da luta pela participação das mulheres, permanece no lugar velado, do segredo e da dimensão individual.

Na perspectiva dos direitos sexuais reprodutivos a visibilidade é importante, ações que envolvam uma dimensão coletiva, para que se identifique que o âmbito privado da sexualidade é normatizado e exerce controle sobre os corpos, e definem os papéis destas no campo da produção e da reprodução.

Voltando a questão da sexualidade velada das referidas mulheres, podemos verificar um problema na própria ausência de bibliografia e estudos sobre o tema na perspectiva dos direitos sexuais, e estudos que abordam a sexualidade das Mulheres Sem Terra, que são escassos e se apresentam mais relacionados a uma política de prevenção de DSTs⁹ trabalhadas no setor de saúde do MST.

Um outro aspecto advém do limite da tradição da moral socialista, de acordo com Mitchel (2006, p. 224) a sexualidade tem sido a dimensão mais proibitiva da situação das mulheres. O significado de liberdade sexual e sua conexão com a liberdade das mulheres é um tema difícil e poucos autores socialistas tem mostrado disposição a trabalhá-lo como um problema que perpassa a própria moralidade socialista, haja visto que no interior do movimento Sem Terra as teorias da tradição socialista são base de seus objetivos e valores.

Diante desse contexto, é necessário desenvolver consciência de que os direitos sexuais e reprodutivos, são tão importantes para a emancipação das mulheres, assim como o acesso à

⁹ Doenças Sexualmente Transmissíveis.

créditos, participação da decisão da produção, do acesso à creche. Assim como, o conceito de gênero representou um passo importante para a participação das mulheres Sem Terra, os direitos sexuais e a sexualidade podem significar um passo ainda maior a busca de sua emancipação.

Dessa forma, é importante construir formas coletivas de expressão das mulheres sobre a sua sexualidade, para a afirmação de seu desejo sexual, sabendo-se que esse processo é complexo, diante do enfrentamento com os companheiros e a sociedade em geral. Em decorrência da ausência de valorização e preconceitos das próprias mulheres sobre a sexualidade, devido ao enraizamento histórico da questão alicerçado no patriarcado.

Para tanto, é imperante um trabalho inicial de sensibilização para fomentar a curiosidade e discussão sobre o tema, ou perpassar temáticas, como produção, saúde educação que envolvem a chamem a atenção das mulheres, como forma de ir rompendo os obstáculos do preconceito em relação a temática, por acreditarem que é uma temática que está no universo privado.

Braga (2011, p. 1) afirma que “subalternidade sexual da mulher é a sua subalternidade em geral, logo, no limite, a luta contra a alienação sexual deve ser uma só com a luta pela emancipação humana”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo iniciar uma breve discussão acerca da participação das mulheres Sem Terra e a sua relação com as perspectivas de classe, gênero e a sexualidade. O trabalho apesar de inconcluso, reflexo de uma pesquisa bibliográfica em andamento, percebe-se que o processo de luta das mulheres alargaram o seu processo de participação no movimento, mesmo se configurando como uma participação restrita.

Assim a presença ativa das mulheres Sem Terra nas lutas pela terra contribuiu para o questionamento e/ou a ruptura com algumas práticas cotidianas que relegam a ela um papel secundário, e para que ela se organizasse para lutar por direitos que lhe foram negados historicamente, (SCHWENDLER, 2002, p. 1) situação que as obrigou ao aprofundamento da categoria de gênero como uma ferramenta importante para se analisar o seu espaço de participação no MST e a história construída por elas, de forma a evidenciar que as relações de gênero são conflituosas e enigmáticas, para tal é importante desvelar seus sentidos e significados

para que possam ser questionadas, problematizadas para serem incorporadas como práticas transformadoras.

Da mesma forma, se apresenta a sexualidade, que ainda é abordada de forma velada nos espaços que estas participam, mas relacionada a essa história, que apesar de camuflada, é eminentemente política e deve ser uma luta a caminhar interseccionada com a perspectiva de classe e gênero, conformada como possibilidade atual na dimensão dos direitos sexuais reprodutivos, se configurando como práticas transformadoras articuladas com destino a emancipação das mulheres no sentido Freireano, construindo a “nova mulher” e o “novo homem”, superando as relações entre opressor e oprimido.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Samara Almeida Chaves. **Alienação da sexualidade:** notas introdutórias à luz da ontologia marxiana-lukasiana. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA, 5, 2011, Florianópolis, SC: UFSC, 2011. Disponível em: <http://www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_03/e031_t003.pdf#page=7&zoom=auto,0,471>. Acesso em: 15 fev. 2013.
- CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social de gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 11-22, jun. 1994.
- CORREA, S.; PETCHESKY, R. Direitos sexuais reprodutivos: uma perspectiva feminista. **PHYSYS: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v6n1-2/08.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2012.
- CHAVES, G. N.O. **Conceito de gênero no MST:** um estudo da sua produção escrita. 2009. 215 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, João Pessoa, 2009.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FREIRE, P. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.
- GAYLE, Rubin. **O tráfico de mulheres:** notas sobre a economia política do sexo. Recife: SOS Corpo, 2003.
- GONÇALVES, R. **Entre estado e movimento:** recuo da participação política das mulheres nos assentamentos de reforma agrária. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/segundosimposio/renatagoncalves.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2012.

_____. **Vamos acampar?** A luta pela terra e a busca pelo assentamento de novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranema. 2005. 330 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005.

MELO, D. Subjetividade de gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979-2000. In: Movimentos sociais no início do século XXI. In: **ANTIGOS e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MITCHEL, J. Mulheres: A revolução mais longa. **Gênero**, Niterói, v. 6, n. 2.; v. 7, n. 1, p. 203-232, 1-2, 2006. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/08112009-015900mitchell.pdf>> acesso em 22 /01/ 2012>. Acesso em: 14 dez. 2012.

NARDI, H.; QUARTIERO, E. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. **Sexualidad, Salud e Sociedad - Revista Latino americana**, Rio de Janeiro, n.11, p. 59-87, ago. 2012. Disponível em: <www.sexualidadsaludysociedad.org>. Acesso em: 16 mar 2013

RUBIN, G. **Pensando o sexo:** notas para uma teoria radical das políticas de sexualidade. 2003. Disponível em: <<http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/gaylerubin.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2012

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, J. W. Gender and the politics of history. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, jul./dez. 1990.

LES Cahiers du Grif, Paris, n. 37-38, 1988. Disponível em: <http://ia600308.us.archive.org/21/items/scott_gender/scott_gender.pdf>. Acesso em: 26 maio 2012

SCHWENDLER, S. F. **A construção do feminino na luta pela terra e na recriação social do assentamento**. 2002. Disponível em: <<http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=CONSTRUC567&ng=p&sc=3&th=42&se=0>>. Acesso em: 28 jan. 2012

VAZQUEZ, G. C. F. A psicologia na área rural: os assentamentos de reforma agrária e as mulheres assentadas. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 856-867, 2009.

VICÊNCIO, Lourdes. Mulher sem terra na luta por reforma agrária. São Paulo, 25 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/2964>>. Acesso em: 13 abr. 2012. Entrevista.